

A ALTERIDADE ENTRE O CONSUMO E A VIVÊNCIA: O JORNALISMO INTERNACIONAL E A COBERTURA DE CONFLITOS NA PERSPECTIVA DE CORRESPONDENTES E EDITORES

Juliana Santoros Miranda¹

José Augusto Mendes Lobato²

Resumo

Neste artigo, apresentamos resultados de uma pesquisa que tem como propósito analisar a cobertura jornalística de conflitos, com foco na compreensão dos modos de tratamento e representação da alteridade. Nosso recorte abrange o trabalho jornalístico feito sobre a região do Oriente Médio e do Norte da África, pondo em diálogo reflexões dos estudos culturais, jornalísticos e linguísticos, além de entrevistas com profissionais especializados na área – correspondentes e editores da área Internacional. Os resultados demonstram a relevância dos processos de tradução cultural, a adoção de estratégias narrativas específicas, como a função testemunhal do jornalista, e os principais critérios de edição adotados à hora de falar do outro.

Palavras-chave: *Jornalismo internacional; Cobertura de conflitos; Identidade; Alteridade; Representações.*

¹ Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Artigo produzido no âmbito do projeto de pesquisa “Jornalismo internacional e a cobertura de conflitos: representação cultural em ambientes multiplataforma”, vinculado ao Programa de Iniciação Científica da universidade, sob a orientação do Prof. Dr. José Augusto Mendes Lobato.

² Orientador do trabalho. Professor dos cursos de Jornalismo e Rádio, TV e Internet da Universidade Anhembi Morumbi. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP), mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e graduado em Jornalismo pela Universidade da Amazônia.

INTRODUÇÃO

O Jornalismo Internacional é um dos responsáveis pela criação de identidades socioculturais no imaginário do leitor que não se encontra geograficamente nas regiões relatadas. A produção de notícias que envolve a cultura e os conflitos do Oriente Médio e do norte da África, locais que protagonizam embates geopolíticos de diversas naturezas, requer uma capacidade aprimorada de síntese do jornalista, além do compromisso com a alteridade. Países como Síria, Israel, Iraque, Arábia Saudita e Egito (entre outros) possuem características únicas, que exigem da cobertura jornalística um aperfeiçoamento cada vez maior, afinal, nesse contexto, o Jornalismo exerce evidente função pedagógica. A narração possui tamanha relevância para o receptor da notícia que, durante o seu processo de produção, é inevitável a construção da alteridade: a demarcação de diferenças entre o próximo e o distante (o “outro”), sobretudo quando o referencial é uma região considerada “exótica” pelo Brasil e outros países ocidentais (cujo ponto de partida é, comumente, a cultura europeia e estadunidense).

A partir dos referenciais teóricos da pesquisa, baseados em estudos culturais, jornalísticos e linguísticos, foi possível mergulhar nos conceitos relacionados à representação da identidade e do outro. Compreendidas tais referências, partiu-se para a etapa de associá-las ao jornalismo, primeiramente em nível teórico e, logo após, em nível prático, pelas entrevistas com correspondentes internacionais e editores especializados na área.

O teor das entrevistas confirmou hipóteses criadas no início e no desenvolvimento do trabalho, vinculado a um projeto de pesquisa em Programa de Iniciação Científica. Os jornalistas, de diversos veículos e com diversos tempos de experiência, abordaram temas em comum, como perfil e definições do leitor de Internacional, a necessidade de criar analogias na cobertura de regiões como Oriente Médio e Norte da África com o público brasileiro, a função de tradutor cultural do jornalista, seu processo de escrever de acordo com o tipo de leitor, a “glamourização” da figura do correspondente de guerra e do relato sobre a guerra, o manuseio de informações na editoria e, entre outros temas, a questão de as agências de notícias dominarem a cobertura de Internacional.

JORNALISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ASPECTOS CULTURAIS

Partindo do fato que linguagens são, automaticamente, sistemas classificatórios, é possível considerar que exista uma hierarquização ao selecionar o que é relevante ou não no jornalismo. Além disso, a contextualização do fato jornalístico depende de fatores como a familiarização narrativa. José Augusto Lobato (2016) afirma que, ao se deparar com um acontecimento, sobretudo referente a uma região distante, o leitor busca referenciais e parâmetros próximos da própria realidade, a fim de compreender o assunto, que pode parecer incomum em um primeiro momento. Por meio das representações, é como se fatores do ambiente externo fossem adaptados à realidade em que o leitor distante está inserido, e isto se dá graças à linguagem, que converte acontecimentos de outro contexto histórico e social para o ambiente comum.

Considerando que o jornalismo filtra experiências e as transforma, em parte, em outra coisa, a atividade jornalística torna-se ferramenta de mediação entre o leitor e outras realidades. Desta forma, reconstrói conceitos e desdobramentos práticos e históricos, já que a representação implica em criar uma nova versão de um fato. Isto ocorre simplesmente por ela ser, automaticamente, uma forma de simbolizar o real, mas não ser o real em si, no sentido estrito.

O jornalismo, como discurso de mediação, expressa também as relações de poder existentes. Para Michel Foucault (1996), a produção do discurso é, em toda sociedade, controlada, selecionada e redistribuída de acordo com procedimentos que indicam poderes e perigos. Não se tem o direito de dizer tudo, não é permitido falar de tudo e não é qualquer um que pode falar qualquer coisa. A princípio, por mais que o discurso não pareça algo tão significativo, as interdições que o atingem dizem muito sobre o poder (sua presença e também ausência). Foucault diz que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (1996, p. 36-37), o que implica na transformação do discurso em “objeto de desejo”, e não só uma ferramenta de representar o desejo. Pode-se afirmar que quem não se encontra no discurso dominante deseja fazer parte dele.

IDENTIDADE, DIFERENÇA E O OUTRO NO JORNALISMO

Stuart Hall afirma que, na sociedade pós-moderna, a estabilidade já não é mais o padrão estabelecido na forma com que o ser humano se relaciona com o mundo (em

diversas esferas: cultural, econômica, política e social), o que afeta diretamente sua identidade, se comparado ao sujeito “anterior”, marcado pelo advento do Iluminismo.

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2005, p.7).

Existem três concepções de identidade, segundo Hall, de maneira que cada uma se encontra em um momento da História. O sujeito iluminista, a partir da ideia de que “a razão é luz contra as trevas da ignorância”, encontrava-se em um comportamento racional, individualizado e centrado em seu próprio eixo. Em contrapartida, logo após surge o sujeito sociológico, baseado na interação entre o “eu” e a sociedade, que passa a ter a interação como marco social.

Já o sujeito pós-moderno passa de estável para portador de várias identidades, muitas vezes contraditórias e efêmeras. O processo de identificação com a cultura, antes visto como seguro, perpetuador de gerações e contínuo ao passado, hoje passa por um contato diário com a maior multiplicidade possível de identidades, devido à globalização e a demais consequências que esta acarreta, como a mudança constante, veloz e permanente.

Enquanto o período de surgimento das novas ciências sociais passa a criticar o individualismo do movimento iluminista e a localizar o indivíduo dentro dos grupos, posteriormente, o período da “modernidade tardia”, situado na segunda metade do século XX, é responsável por descentralizar permanentemente o sujeito “cartesiano”. Este período é marcado por alguns fatores.

O pensamento marxista, que, além de contradizer proposições-chave da filosofia moderna (o empirismo, por exemplo), considera pontos externos pré-estabelecidos como a cultura e as relações de trabalho, é um deles. Outro fator que quebra com a racionalidade anterior foi a descoberta do inconsciente por Freud, que traz o sujeito de identidade subjetiva e em constante formação, mutável ao longo de toda sua vida. A linguística de Saussure levanta o conceito de identidade dentro da língua, que apresenta multimodulação, de forma que as palavras sempre carregam ecos de outros significados, o que a torna em constante movimento, como a identidade. Michel Foucault prioriza o novo tipo de poder estabelecido, baseado na vigilância, que origina instituições disciplinadoras como quartéis, escolas, prisões e hospitais, de forma que o sujeito é controlado nos diversos setores de sua

vida, dentro de locais de grande escala. E, por fim, o grande marco da modernidade tardia encontra-se nos novos movimentos sociais, que surgiram nos anos 1960 e abriram na discussão política um espaço para se debater a vida pessoal.

Diante desse contexto, Hall levanta a questão da cultura nacional como uma das fontes da identidade cultural do sujeito moderno, que se vê situado naquela representação de nação. Afinal, a cultura da nação define uma língua como meio comum de comunicação, cria uma cultura definida como “nacional” e institui um sistema educacional que participa diretamente da formação interior do sujeito.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2005, p.47).

Entretanto, se antes a cultura nacional era definitiva na formação da identidade, o fenômeno da globalização vem, no fim do século XX, modificando ainda mais a ideia permanente de sociedade. Stuart Hall cita Anthony McGrew (1992), que define o conceito de “globalização”:

A “globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da “sociedade” como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço (HALL, 2005, p.67-68).

Apesar de não ser um fenômeno recente, desde os anos 1970 a globalização vem operando de maneira acelerada sobre os fluxos entre as nações e suas relações umas com as outras. A consequência disso tem sido a desintegração de identidades nacionais, o reforço de identidades nacionais (e locais) como forma de resistência à globalização e o declínio das identidades nacionais, em lugar da ascensão de novas identidades híbridas. Com a compressão do espaço e tempo, as distâncias parecem menores e os eventos de um local têm impactado quase que instantaneamente pessoas e outros lugares distantes, algo que não ocorria antes.

Desta forma, ocorre um enfraquecimento da identificação com a cultura nacional e um reforço de identidades baseadas no “global”. O pluralismo cultural proporcionado pela globalização, atrelado ao consumismo deste mesmo sistema, se reduz a uma

homogeneização, decorrente da tradução destas culturas. E, ao mesmo tempo que ocorre tal assimilação, as mesmas culturas são exploradas mercadologicamente, transformando “etnia” e alteridade em objetos de compra exóticos, o que afeta a relação de identidade e representação destes países, sobretudo pela visão de outros.

Kathryn Woodward (2000) vai ao encontro de Hall em relação ao conceito de identidade, levantando o questionamento sobre esta ser fixa ou fluida, assim como na ênfase ao fenômeno da globalização, em que se encontram em colapso as velhas estruturas dos Estados e comunidades nacionais, e com relação à crise de identidade na modernidade tardia. Além disso, traz ao debate a representação de identidade marcada pela diferença, com uma história sobre sérvios e croatas que estavam em guerra que exemplifica a situação de diferenciação e valores identitários.

A identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade (croácia), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. A identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser um sérvio é ser um “não croata”. A identidade é, assim, marcada pela diferença (WOODWARD, 2000, p.8).

Woodward mostra que a identificação com o outro se dá pela semelhança ou pela diferença, e tais qualidades são percebidas pelas representações sociais e simbólicas. Estas, por sua vez, não são convencionadas aleatoriamente, mas de acordo com relações de poder, nas quais decide-se quem é incluído e quem é excluído.

Neste momento histórico específico, as diferenças entre os homens são maiores que quaisquer similaridades, uma vez que o foco está colocado nas identidades nacionais em conflito. A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças - neste caso entre grupos étnicos - são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares (WOODWARD, 2000, p.10).

Com as novas identidades, essencialmente globalizadas, os padrões de produção e consumo se transformam. O capitalismo globalizado, apesar de não chegar de forma igualitária em todos os países do mundo, consegue afetar em maior ou menor grau as culturas “locais”, pelo fato de existir a convergência de culturas e estilos de vida nas sociedades. E isso pode gerar tanto à homogeneização cultural (que torna a identidade “tradicional” distante) quanto à resistência em manter tais identidades locais.

Desta forma, Woodward exemplifica porque existem nativos que levam uma vida de retomada aos valores antigos e, conseqüentemente, “fecham-se” para novos habitantes (como imigrantes), por exemplo, e também grupos de imigrantes que resistem

culturalmente aos novos locais nos quais estão alojados. A migração é um fenômeno de pluralidade de identidades que também traz contestações acerca das mesmas, o que gera desigualdade. Ou seja, a manutenção de antigos valores diante do mundo globalizado origina novas identidades, numa tentativa de reescrever a história nacional.

O passado e o presente exercem um importante papel nesses eventos. A contestação no presente busca justificção para a criação de novas - e futuras - identidades nacionais, evocando origens, mitologias e fronteiras do passado. Os atuais conflitos estão, com frequência, concentrados nessas fronteiras, nas quais a identidade nacional é questionada e contestada (WOODWARD, 2000, p.23).

Em consonância com Woodward, Rafael José dos Santos (2013) traz o conceito de identidade sob o ponto de vista ocidental. O autor afirma que “a construção da representação que o Ocidente faz de si mesmo é dialeticamente indissociável da construção da representação de sua alteridade, através de mecanismos discursivos como a exotização e a etnização do não-europeu” (SANTOS, 2013, p.1). Ou seja, a formação ocidental implica em um etnocentrismo focado na colonização europeia, que julga outras culturas, cujas formações se baseiam em valores diferentes dos europeus, como primitivas, selvagens, nativas e exóticas. O autor ainda completa que o termo “étnico” decorre de conceitos raciológicos, o que explica tal viés até hoje.

Para Moscovici (2003, p.30), as representações sociais impostas fazem com que o indivíduo seja orientado ou “cegado” pelas mesmas, ou seja, “em outras palavras, nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase físico em que nós vivemos”. Toda informação que chega num determinado sujeito passou, antes, por adaptações decorrentes de representações sociais sobre tudo: percepções, opiniões e vidas por meio de palavras, imagens e ideias. Tais representações penetram no pensamento do ser de maneira involuntária, pois tendo consciência ou não, estas simbologias atingem a todos, em menor ou maior nível, já que convencionalizam objetos, fatos e pessoas, como diz o autor: “nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e permanecemos inconscientes [delas]” (MOSCOVICI, 2003, p.35). Cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenção, o que a torna subjetiva e determinante em relação às fronteiras e significância de certas mensagens perante outras.

Levantados esses conceitos, deve-se reconhecer que o Jornalismo Internacional se situa no centro do debate sobre os processos de representação da identidade e da alteridade, operando como ferramenta de linguagem para conhecer e reconhecer o sujeito que não

partilha da mesma cultura que o leitor – com isso, possui outra posição de “significância” entre os países, no contexto globalizado. Como área de discurso e, conseqüentemente, disputa de poder, a narrativa jornalística é espaço de representações. Estas naturalmente carregam estereótipos, o que exige do Jornalismo uma tentativa de despir-se da tendência natural em simplificar experiências, de forma que o “outro” e o distante (objetos de tal representação) sejam construídos simbolicamente a partir do reconhecimento da alteridade. O indivíduo, agora globalizado, passa a adotar múltiplas identidades, a partir do contato diário com inúmeras diferenças culturais.

PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO: FUNDAMENTO E MÉTODO

Diante do papel pertinente que a narrativa de alteridade exerce na sociedade pós-moderna, a pesquisa que abarca a produção deste trabalho possui, como foco, a representação de identidades e culturas no Jornalismo Internacional, delimitada à região do Oriente Médio e norte da África. Esta circunscrição, que abrange os conflitos civis destes países, requer a análise da produção de notícias sobre o assunto, em que os jornalistas traduzem universos distantes para seus leitores, bem como a escuta de profissionais atuantes no ramo.

Os atuais embates geopolíticos de países como Síria, Israel, Iraque, Egito, Líbia e Turquia (eventos como a Primavera Árabe, eclosão da guerra civil síria, conflitos entre Palestina e Israel, tensões no Irã e questões socioreligiosas na Arábia Saudita, entre outras situações), que possuem características sociais e históricas singulares, exigem sensibilidade da cobertura jornalística ocidental, que transmite assuntos de limitações tão delicadas aos seus leitores e com isso cria representações sociais no imaginário popular.

O artigo traz, como recorte, a análise da percepção de profissionais de mídia sobre a realização do trabalho jornalístico na editoria Internacional. Além da análise e reflexão teórica sobre o tema estudado, foram entrevistados seis correspondentes e editores que cobrem a região do Oriente Médio e norte da África³. Por meio de entrevistas semiabertas em profundidade, tais profissionais foram questionados acerca das dificuldades e estratégias adotadas no trabalho de cobertura, desde o momento de apuração e produção até a redação e edição do texto final.

³ Este trabalho, realizado no segundo semestre de 2017 no âmbito do projeto de pesquisa do docente orientador, contou também com a participação de outro estudante (Éricles Matheus Annunciato), vinculado ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Anhembi Morumbi.

LEITURAS JORNALÍSTICAS DA ALTERIDADE: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Repórteres e editores como João Paulo Charleaux, Diogo Bercito, Yan Boechat, Diogo Schelp, Gabriel Toueg, Michel Gawendo e Sergio Utsch relataram suas percepções sobre o tipo de cobertura voltada à área Internacional; no geral, nota-se que suas reflexões foram ao encontro dos referenciais teóricos. Os jornalistas abordaram diversos assuntos relacionados, como o uso de assimilações culturais nos textos que se referem às regiões distantes, além de destacar o jornalista como tradutor cultural e o processo de escrita de acordo com o tipo de leitor, entre outros temas explorados em trechos a seguir.

Em relação à necessidade de criar semelhanças na cobertura jornalística à realidade do leitor brasileiro e ao papel do jornalista ocidental no Oriente Médio, Diogo Bercito, correspondente da Folha de S. Paulo com vasta experiência na região, comenta:

Acho que o básico, do trabalho do correspondente, é entender outra cultura e traduzir isso pro leitor. De certa maneira, é um trabalho de tradução cultural. Nisso é igual às outras áreas. O diferente talvez seja a própria cultura mesmo. É o desafio de contextualizar e achar algo em comum também. Pra alguém ficar nesse lugar de tradução (do correspondente), é essencial ter algum tipo de formação, e nem é um “PhD” em estudos culturais. Você não pode delegar qualquer tipo de repórter sem ter o mínimo de preparação, você corre o risco de propagar os estereótipos (BERCITO, 2017, informação verbal).

Dentro do mesmo questionamento acerca da tradução cultural no Jornalismo, Yan Boechat, correspondente *freelancer* no Oriente Médio que possui matérias e fotos veiculadas em diversos veículos (como O Estado de São Paulo, TV Band e Valor Econômico), completa, acerca do conteúdo da cobertura:

Há sempre um dilema na imprensa brasileira que é: eu entro numa discussão mais complexa e afasto o meu leitor, ou eu busco temas universais, questões universais, para tentar mostrar essa complexidade? A partir do momento que você usa os temas mais universais para explicar essas complexidades, você precisa ser mais superficial. Para poder explicar, para poder contar aquelas histórias. A opção da imprensa aqui é quase sempre ir pela universalidade das histórias. Que eu acho uma maneira justa e honesta (BOECHAT, 2017, informação verbal).

O jornalista Michel Gawendo, atualmente produtor de notícias da rede Record no Oriente Médio (com experiência na Folha de S. Paulo, no SBT e na BandNews), explica sobre o teor da cobertura internacional, seus cortes e a relação das agências de notícias com os veículos:

O jornalismo internacional é o primeiro a sofrer com cortes quando necessário. Com a diversificação dos meios e aproximação deles para a vida real das pessoas, ele funciona mais no dia a dia do leitor do que por uma questão geopolítica, que está longe geograficamente e até deve influir na vida dele, mas possui um efeito menos humanitário do que um caso de assalto, de acidente, algo mais imediato e próximo do leitor. Agora, tem as agências também, que fornecem o “produto notícia”, que suprem essa necessidade, entregam parte da notícia, cumprem a função de passar a notícia, os fatos. Isso não elimina a responsabilidade dos meios de comunicação de pegar esses fatos e transformá-los, essa é a função do jornalista correspondente (GAWENDO, 2017, informação verbal).

Diogo Schelp, editor de Internacional da revista Veja, destaca que para atingir a “aproximação” com o leitor citada por Diogo Bercito, Michel Gawendo e Yan Boechat busca-se “basicamente dar um contexto geral, e sempre renovar explicações básicas sobre esses temas que são explicações óbvias para quem acompanha o assunto, mas para o leitor não é” (SCHELP, 2017, informação verbal). Schelp ainda contextualiza o papel da edição e do editor em si dentro desse tipo de cobertura antes de seu resultado final, sobretudo em relação ao público:

O que temos que fazer é ler aquilo com o olhar do leitor e tentar ver se o leitor vai entender a mensagem. Então basicamente a leitura é para identificar as lacunas do texto, o momento em que a explicação está incompleta. Nossa tarefa é preencher essas lacunas, ou tentar reorganizar essa informação, sugerir coisas para o repórter para ele reorganizar essa informação e ela ficar correta, esse é o maior desafio. O desafio é conseguir enxergar com os olhos do leitor (SCHELP, 2017, informação verbal).

Neste contexto, João Paulo Charleaux, que atualmente é repórter especial no Nexo Jornal e já foi editor de Internacional no mesmo veículo e subeditor de Internacional no Estado de São Paulo, destaca que o editor faz uma “orquestração e manipulação da informação”, o que resulta em um conteúdo com formato específico e diferente do original. Charleaux afirma que:

Isso acontece dentro de certos padrões: qual é o perfil da publicação, do público-leitor, faixa etária e horário que vai ao ar. Se terá: um perfil mais analítico ou explicativo, se será mais incisivo, sobre as divergências, sobre os conflitos políticos que estão acontecendo ali. Se você vai tratar com certa equanimidade os dois pontos de vista ou se você tem uma linha editorial que quer cravar que aquilo ali é uma situação de ditadura ou que não é. Essas ponderações são o que todos os jornalistas fazem dentro de uma redação o tempo inteiro mas que é uma atribuição fundamentalmente do editor. Isso vai desde a escolha do título, das palavras, da legenda das fotos, imagens, de onde essa notícia está situada em termos gráficos até se tem uma chamada de capa ou não (CHARLEAUX, 2017, informação verbal).

Ou seja, cada escolha dentro do conteúdo jornalístico e seu manuseio não é por acaso, mas alinhada aos interesses do jornal, o que remete ao conceito de disputa de poder no discurso, na linha das reflexões anteriormente traçadas com base em Michel Foucault (1996).

Gabriel Toueg, que cobriu a região do Oriente Médio por sete anos para diversos veículos e já atuou como editor de Internacional no Estado de São Paulo e no jornal Metro, completa a fala de Charleaux:

O tema e a forma com que o jornalista irá contar, que ele escolhe, os temas que o editor escolhe para compor a primeira página, o tempo que dedicam ao material, tudo isso é uma curadoria e é uma escolha, não é errada, mas é uma escolha, seja do próprio jornalista, seja do grupo para o qual ele trabalha, seja do editor, vinculado aos interesses do jornal. E, claro, existem os compromissos éticos quando você trabalha em um veículo. Você trabalha como jornalista e isso é um porte de arma importante. Com o título de jornalista você tem a informação na sua mão e isso é o “quarto poder” (TOUEG, 2017, informação verbal).

Sérgio Utsch, correspondente internacional da rede televisiva SBT, comenta que, pelo fato de a editoria de Internacional ser a primeira a ser “cortada” do jornal quando é necessário reduzir o espaço, o material a ela vinculado sofre com modificações de sentido em suas matérias. Além disso, o repórter afirma que o correspondente internacional, apesar de ter um título de peso, exerce um trabalho como outro qualquer:

Você tem um peso sobre essa palavra de “correspondente internacional”, mas o dia a dia não tem nada desse charme. O dia a dia é duro. A diferença é a valorização mesmo. Por mais que eu seja valorizado estando aqui - e eu não posso negar isto - a editoria de Internacional em si não tem esse peso tão grande, a não ser em momentos óbvios em que o Brasil vai querer notícia, como um atentado em Paris. Neste caso, vai ter 6 ou 7 minutos no jornal. O atentado em Mogadíscio, na Somália, não vai ter. Assim como não vai ter espaço para comentar e explicar assuntos importantes (UTSCH, 2017, informação verbal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que embasou este artigo traz os presentes resultados, de forma que as teorias jornalísticas, linguísticas e dos estudos culturais abordam dilemas, processos socioculturais e desafios concernentes à tradução e compreensão da alteridade presentes em vários momentos da cobertura de Jornalismo Internacional. Como visto sobretudo nas entrevistas, o jornalismo, como discurso, traz o que é relevante ou não segundo critérios que definem o que é importante e o que não deve ser veiculado, seguindo o que é de interesse do leitor – que, muitas vezes, não considera notícias relacionadas ao Oriente Médio e norte da África decisivas em sua vida – e em diálogo estreito com a linha editorial

do veículo, bem como com as percepções e os critérios de relevância abordados pelos próprios editores e repórteres.

A próxima etapa do projeto de pesquisa abrangerá, também, a análise de reportagens (análise do discurso e narrativa, bem como exame das imagens e dos recursos gráficos adotados), de maneira a compreender de que modo o processo jornalístico levantado no presente estudo se manifesta no resultado discursivo, que chega ao leitor dentro de um determinado formato e oferece diferentes leituras para realidades distantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGHIRNI, Zélia. “A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional”. **InTexto**, n.28, p. 32-52, jul. 2013.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: Edusp e Hacker Editores, 2003.

GOMES, Mayra Rodrigues; LOBATO, José Augusto. “A Primavera Árabe e o enquadramento do outro”. In: JESUS, E.; TRINDADE, E.; JANOTTI JR., J.; ROXO, M. (orgs.). **Reinvenção Comunicacional da Política**. Brasília: Compós, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª edição. São Paulo: DP&A, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Petrópolis, Vozes, 2003.

NATALI, João. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Rafael José dos. “O ‘étnico’ e o ‘exótico’: notas sobre a representação ocidental da alteridade”. **Rosa dos Ventos**, nº5(4), out-dez 2013.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.